**ACORDO INDIVIDUAL DE TRABALHO- COVID 19 -MP 936/2020**

**- DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONTRATO DE TRABALHO-**

EMPREGADORA:X\*\*\*\*, estabelecida naRua \*\*\*\*\*, Bairro \*\*\*\*\*\*\*, Cidade \*\*\*\*\*\*\*\*/UF, CEP\*\*\*\*, inscrita no CNPJ sob o nº \*\*\*\*,e

EMPREGADO: **FULANO**\*\*\*, \*\*\*brasileiro, \*\*\*estado civil, portador do RG n.º\*\*\*, inscrito no CPF sob o nº \*\*\*, portador da CTPS nº \*\*\*/Série \*\*\*\*, PIS nº \*\*\*, residente e domiciliado na Rua \*\*\*\*\*, Bairro \*\*\*\*\*\*\*, Cidade \*\*\*\*\*\*\*\*/UF, CEP\*\*\*\*.

O **estado de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)**foi reconhecido pelo DecretoLegislativo nº 6, de 20 de março de 2020. E em razão da emergência desaúde pública de importância internacional o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020.

Durante o estado de calamidade pública o empregado e oempregador celebram o presente acordo individual escrito, que terá preponderância sobre os demais instrumentos normativos, legais e negociais.

As partes acima qualificadas, pelo presente instrumento e nos termos do artigo 468 da CLT, vêm por mútuo acordo promover as seguintes alterações contratuais visando garantir a saúde do empregado e da coletividade em razão da pandemia enfrentada pelo país.

**DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONTRATO DE TRABALHO**

Durante o estado de calamidade pública, as partes pactuaram por \*\*\*\* (até sessenta)dias a suspensão temporária do contrato de trabalho.

O presente acordo passa a vigorar a partir de \*\*\*\*\* (no mínimo dois dias depois da assinatura) e encerrará no dia \*\*\*\*oudois dias após a cessação do estado de calamidade, o que ocorrer primeiro.

**AJUDA COMPENSATÓRIA (se for o caso) – transcrever aqui.**

O empregador poderá antecipar o fim da suspensão aqui pactuada, bastando comunicar o empregado de sua decisão. Nessa hipótese o reestabelecimento do contrato de trabalho se dará após o prazo de dois dias.

Enquanto durar a suspensão aqui pactuada,o empregador se compromete a manter todos os benefícios concedidos ao empregado.

Aditivamente, aUnião custeará o benefício emergencial de preservação do emprego e renda, nos termos da MP nº 936, de 1º de abril de 2020.Para tanto, o empregador se compromete a informaros termos do presente acordoao Ministério da Economia no prazo de dez dias da assinatura, sob pena de ficar responsável pelo salário integral.

Em contrapartida, o empregador se compromete a manter o emprego pelo prazo da suspensãoe por período equivalente ao acordado após o reestabelecimento do contrato de trabalho, exceto por justa causa ou a pedido do empregado.

E assim, plenamente de acordo, firmam o presente Aditivo ao Contrato de Trabalho, que passa a fazer parte integrante e dissociável do contrato individual de trabalho previamente pactuado, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Tendo assim contratado, assinam o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas abaixo.

Local\*\*\*\*/SP, 8 de abril de 2020.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**\*\*\*\*EMPRESA\*\*\*.**  \*\*\* **EMPREGADO \*\*\***

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1. **2 -**

 **CPF: CPF:**